

“Conflitos Intersocietários e Poder Tutelar: Canelas e Criadores nas Representações Documentais, Literárias e Pessoais”

Adalberto Luiz Rizzo de Oliveira¹

O objetivo desse trabalho é discutir algumas representações sobre situações de conflito envolvendo os Ramkokamekra-Canela e criadores do centro-sul maranhense na primeira metade do século XX, bem como os posicionamentos e ações do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), agência tutelar mediadora dessas relações.

Inicialmente apresento reportagens e análises publicadas em jornal da cidade de Barra do Corda durante as primeiras décadas do século XX, em torno da *chacina* promovida por um criador local contra os índios Kenkateyê, um dos três grupos reconhecidos regionalmente como “Canelas”, que resultou na morte da maior parte dos índios do sexo masculino e na desarticulação étnica desse grupo. As representações difundidas por esse periódico são contrapostas a outras elaboradas por pesquisadores e por agentes do SPI, sobre situações virtuais ou reais de conflito envolvendo os Ramkokamekra-Canela e criadores locais.

Num segundo momento tomo como referência, narrativas de Curt Nimuendaju sobre esse e outros conflitos entre grupos timbira e criadores do sertão maranhense. Nimuendaju desenvolveu longo processo de pesquisa junto aos “Canela” e outros grupos Jê no Maranhão, sudeste do Pará e norte do então Estado de Goiás, em viagens realizadas entre 1928 e 1936. Em função de seu engajamento pessoal e de sua postura “indigenista” e militante em defesa da continuidade étnica dos Ramkokamekra e outros timbira, Nimuendaju foi envolvido em situações de conflito junto aos criadores e seus asseclas².

Essas narrativas foram extraídas, em sua maior parte, das “Cartas do Sertão” (2000), escritas por Nimuendaju ao Dr. Carlos Estevão de Oliveira³, parte de um acervo de correspondências trocadas por cerca de 20 anos entre o etnólogo e o então diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi. As “cartas” revelam, não apenas facetas da personalidade e da

¹ Mestre em Antropologia (UNICAMP) e Doutorando em Políticas Públicas (UFMA). Professor do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Maranhão.

² Além dos Ramkokamekra, Nimuendaju desenvolveu, nesse período, pesquisa sistemática entre os Apinayé e Xerente, dos quais resultaram suas clássicas monografias “The Eastern Timbira” (1946) “Os Apinayé” (1939) e “The Serente” (1942). Realizou, ainda, levantamentos etnográficos pontuais junto a outros grupos timbira: Apaniekra, Krikati, Krepumkateyê, Pukobyê, Parkateyê, além dos Kreyê do rio Gurupi.

³ Entre 1923 e 1942, Nimuendaju trocou cerca de 90 cartas junto ao Dr. Carlos Estevão de Oliveira, nas quais relata situações de conflito de índios com regionais, epidemias e temas relacionados à organização social e cosmologia de diversos grupos. Vide a apresentação da profa. Tekla Hartmann a “Cartas do Sertão”. Cf. Nimuendaju, 2000: 25-32.

performance etnográfica de Nimuendaju, como situações em que o pesquisador se fez ator nos conflitos intersocietários, onde expôs seu compromisso ético junto aos povos aos quais se dedicou a conhecer.

Outros processos abordados nesse texto se associam a demandas e conflitos no campo indigenista regional, que vinculam os Ramkokamekra-Canela aos segmentos regionais do sertão pastoril e à administração tutelar na região. Instalado no Maranhão desde 1911, o SPI se fez presente em Barra do Corda em 1912, através de um único agente, responsável pela cobertura de uma vasta área de conflitos intersocietários envolvendo diferentes grupos timbira e Tenetehara e agentes vinculados à sociedade regional⁴. A partir de 1918 estabeleceu um escritório local, a Vigilância de Barra do Corda.

Em trabalho anterior (Oliveira, 2002), examinei os momentos iniciais do processo pelo qual se estabeleceu a dominação étnica dos grupos timbira formadores dos atuais Ramkokamekra-Canela, inserindo-os na *situação colonial*.⁵ Esse processo resultou da ação das frentes de expansão coloniais que ocuparam o então território timbira e de outros grupos Jê no interior do Maranhão, impulsionadas pela administração colonial portuguesa e, depois, pelo regime provincial no Maranhão, entre as últimas décadas do século XVIII e o final do século XIX.

O avanço das “bandeiras” pelos vales do Itapecuru e Mearim, e por toda região de cerrados entre o Parnaíba e o Tocantins rompeu, com o tempo, a resistência dos timbira levando à destruição e escravização de grande parte desses grupos. Essa ação articulou-se à administração colonial no Maranhão, o que deu início à sujeição dos *Capiekran* e *Txakamekran* e outros grupos timbira em *aldeamentos* estabelecidos junto a postos militares e fazendas da região⁶. Esse processo teve prosseguimento durante o período provincial, através das diretorias parciais e colônias indígenas consolidando, assim, a *territorialização* dos “Canelas da Chapada”⁷.

⁴ O agente tutelar em questão era Marcelino Miranda, ao qual Nimuendaju demonstra, em suas cartas admiração e respeito, especialmente tendo em vista o enfrentamento aos criadores locais e demais agentes dos interesses anti-indígenas.

⁵ Cf. Balandier, 1996.

⁶ Durante as primeiras décadas do século XIX, os *Capiekran*, os *Txakamekran* e outros grupos timbira, após longo período de guerras contra as “bandeiras” foram aldeados em postos militares – como o Arraial do Príncipe Regente e Almeida d’El Rei – e em fazendas situados no alto Itapecuru, resultante da “aliança” com os agentes coloniais. Cf. Oliveira, 2002: 160-171.

⁷ Nos documentos provinciais verificam-se as denominações “Canelas da Chapada”, “Canelas do alto Grajaú”, e “Canelas do Alpercatas”, como grupos diferenciados e objetos distintos da ação administrativa das diretorias parciais. Possivelmente seriam referências respectivas aos grupos formadores dos Ramkokamekra, Apaniekra, e Kenkateyê. Cf. Oliveira, 2002, 307-310.

Assim, a partir da ação das frentes expansionistas e seu braço armado, as “bandeiras” e dos *aldeamentos* estabelecidos no centro-sul do Maranhão, se estabeleceu essa unidade étnica, os Ramkokamekra e suas relações junto à sociedade emergente e ao respectivo poder local⁸. Essa “nova” unidade é produto do amálgama étnico entre diferentes grupos timbira, sob poder colonial exercido, num segundo momento, através de diretorias parciais no centro-sul maranhense. Essa relação baseou-se na renovada “aliança” dos “Canela” com o *dominador*, o que os levou a engajar-se na sujeição de outros povos timbira, alguns dos quais seriam a estes amalgamados.⁹

O terceiro momento nesse processo se deu a partir do início do século XX, com a ação desenvolvida pelo SPI, a agência indigenista oficial criada no início do período republicano (1910), através da qual os povos indígenas no Maranhão foram inseridos no *regime tutelar*. Atuando como “mediador” nas relações entre os Apaniekra e Ramkokamekra e os criadores do sertão pastoril, o SPI mostrou-se, por vezes, incapaz de impedir a eclosão desses conflitos, alguns dos quais representavam ameaças de extermínio étnico desses povos pelos criadores locais.

A ‘chacina’ dos Kenkatyê nas representações de “O Norte”

As situações de conflito entre os povos indígenas e agentes vinculados às frentes expansionistas que estabeleceram a formação da sociedade brasileira no centro-maranhense durante o século XIX, se acirraram ao longo do século XX, em função da intensificação da ocupação regional e da pressão territorial sobre os grupos indígenas e, em certos casos, a intensificação na exploração da sua força de trabalho. A ausência de uma administração indigenista, ainda que em moldes colonialistas, como foram as diretorias e colônias indígenas desarticuladas com o fim do regime provincial, tornaram mais agudos esses conflitos e a perspectiva de soluções violentas¹⁰.

⁸ Vide a discussão de João Pacheco de Oliveira sobre a noção de *territorialização*. Cf. Oliveira, 1998: 54-56.

⁹ Foi o caso dos *Txakamekra* e dos *Carakatyê*, que após longa resistência às frentes de expansão e às expedições de guerra, foram submetidos e amalgamados junto aos “Canela da Chapada”, os *Capiekrans* de Paula Ribeiro. Cf. Oliveira, 2002: 181-220.

¹⁰ O “sistema de diretorias e colônias indígenas” foi extinto com proclamação da República (1889) criando um vácuo de legislação indigenista e da ação do poder central em relação à questão indígena, que permaneceu sob a esfera do poder regional e local até a criação do SPI em 1910.

Foi esse o caso do conhecido “massacre do Alto Alegre”, o qual envolveu diversas aldeias Tenetehara do alto Mearim, fazendeiros e camponeses, além de uma ordem religiosa¹¹. Esse confronto decorreu de uma insustentável situação de exploração econômica, repressão cultural, espoliação territorial e perda de autonomia política imposta aos Tenetehara do alto Mearim, pela implantação de uma missão Capuchinha em território que tradicionalmente ocupavam. Em resposta a essas compulsões, os Tenetehara se rebelaram em 1901 executando frades, freiras e moradores “cristãos” da Missão de Alto Alegre, ao que seguiu uma longa repressão movida pelo Estado e pela sociedade local, que durou cerca de 10 anos¹².

Uma vez consolidada a dominação étnica dos Ramkokamekra pelos agentes do Estado e da sociedade regional, a “aliança” junto a esses agentes tomou rumo diverso. As tensões e conflitos ocasionais em relação ao avanço das fazendas de criação e núcleos regionais sobre o território residual dos Ramkokamekra, Apaniekra e Kenkateyê deu lugar a uma dissensão aberta entre criadores do sertão cordino e esses grupos. A restrição territorial crescente levaria à redução das áreas de caça e ao conseqüente abate do gado sertanejo por esses grupos resultando na intensificação das tensões e na eclosão de conflitos entre índios e criadores.

Os conflitos ocorridos durante a primeira metade do século XX revelam tentativas de eliminação étnica contra grupos timbira movidas por agentes vinculados aos interesses pastoris no sertão maranhense e norte-goiano. Em 1927, criadores de Montes Altos investiram contra os Krikatí, o que levou o agente do SPI a tentar transferí-los para a região de Barra do Corda¹³. Em 1940, os Krahô foram atacados por criadores goianos, e em 1963 os Ramkokamekra-Canela, após a eclosão de um movimento messiânico foram objeto de um ataque promovido por criadores de Barra do Corda, cujo objetivo era eliminar etnicamente esse grupo¹⁴.

Em um estudo realizado em 1967, junto aos Krahô e os criadores do sertão goiano, Melatti apontava que a *situação de contato* teria sofrido um “processo evolutivo”, que

¹¹ O “massacre do Alto Alegre” foi descrito e analisado em diversos trabalhos. Cf. FIPES, 1985; Gomes, 1977 e 2002; Coelho, 2002.

¹² Como expressão da “aliança” histórica com o *dominador*, os Ramkokamekra participaram da repressão aos Tenetehara do “Alto Alegre”, com o envio de 40 “guerreiros” sob a liderança do “major” Delfino Kokaipó, junto às tropas oficiais na perseguição aos Guajajara. Participação semelhante tiveram os Krepumkateyê, do rio Grajaú. Cf. Nimuendaju, 1946: 22 e 33.

¹³ Nimuendaju esteve entre os Krikatí em 1928, logo após o ataque dos criadores que levou à dispersão do grupo, e os tomou como etnicamente extintos em 1930. Mais tarde, os Krikatí foram retornando em pequenos grupos, ao seu território tradicional. Nimuendaju, 1946: 16-17.

¹⁴ Sob a acusação de roubo de gado, criadores do sertão cordino equiparam mais de uma centena de sertanejos a fim de eliminar etnicamente os Ramkokamekra, durante a eclosão de um “movimento messiânico”. Cinco velhos Canela foram mortos nos ataques iniciais, e a chacina não se concretizou em função a retirada do grupo por agentes do SPI. Como decorrência desse conflito, os Ramkokamekra permaneceram por cerca de cinco anos “exilados” em uma aldeia Guajajara, de onde gradativamente retornaram. Cf. Crocker, (1967) 1976 e Oliveira, 2002: 279-287.

confirmava a generalização apresentada pôr Darcy Ribeiro em relação à frente pastoril, segundo a qual as populações regionais que constituem essa frente,

Agem diante do índio movidas essencialmente pela contingência de limpar os campos de seus habitantes humanos para entregá-los ao gado e evitar que o índio desprovido de caça, a substitua pelo ataque a seus rebanhos. A interação, nessas circunstâncias, assume com frequência formas de conflito sangrento e raramente dá lugar a um convívio direto ou a acasalamento e mestiçagem...(Ribeiro, 1957, pp 23-24 in Melatti, 1967: 51)

É nesse contexto, que se desenvolveu um dos principais conflitos entre agentes da frente pastoril tradicional e um grupo timbira, os Kenkateyê, (“os que habitam as rochas ou montanhas”). Aponta Nimuendaju, a partir de informações obtidas junto aos Apaniekra e Ramkokamekra-Canela, que os Kenkateyê teriam surgido, provavelmente, na década de 60 do século XIX, quando um grupo de índios Apaniekra teria se amalgamado junto a alguns Krahô. (Nimuendaju, 1946: 30)

Ampliado, mais tarde, pela presença de outros Krahô, esse grupo teria retornado ao antigo território dos Apaniekra, e estabelecido aldeia nas cabeceiras do rio Alpercatas, num local conhecido pelos sertanejos da região, como Travessia, próximo a uma *estrada de boiada* que comunicava Barra do Corda às vilas localizadas no sertão maranhense. Em 1908, Kissemerth, um viajante europeu deslocando-se de Barra do Corda a Carolina permaneceu por algumas horas numa aldeia Kenkateyê formada pôr 8 casas (Nimuendaju, 1946: 30).

Curt Nimuendaju, que esteve em Barra do Corda cerca de uma década e meia mais tarde, narrou sinteticamente essa ação etnocida:

Em 1913 aproximadamente 150 Kenkateyê viviam na Aldeia do Chinello, no lado direito do ribeirão dos Caboclos, onde foram varridos pelo fazendeiro Raymundo Arruda. Acompanhado de 50 homens e um barril de cachaça, ele entrou na aldeia com música de acordeom, deu bebida aos homens, colocou-os em ferros, amarrou-os, uns aos outros, arrastou-os para fora da aldeia, e fez sua tropa atirar em uns 50 machos. Várias mulheres foram também massacradas com armas de fogo e facões. Os nativos que por uma razão ou outra escaparam, dispersaram-se. (Nimuendaju, 1946: 30).

Segundo Nimuendaju, o Inspetor dos Índios do Maranhão teria levado os assassinos a julgamento, mas o juri popular de Barra do Corda unanimemente absolveu-os. Posteriormente, os moradores de dessa cidade apontavam, com arrogância, os membros do bando de Arruda que executaram o massacre. (Nimuendaju, 1946: 30)

As primeiras “informações” sobre essa chacina foram emitidas ao final de novembro de 1913 pelo jornal “O Norte”, o qual anunciava:

Entraram nesta cidade, na Quarta-feira desta semana, cento e trinta e tantos índios da tribo Canela, na sua maioria mulheres e crianças, vindos da Travessia e pontos próximos ao aldeamento “Cacimbas”, onde se deram os deploráveis e condenáveis fatos...Consta-se que esses índios foram aqui mandados vir a fim de serem garantidos contra novos assaltos. (O Norte, 29/11/1913)

Uma parcela dos Kenkateyê que sobreviveram à chacina buscou refúgio junto aos Krahô, dos quais, em parte descendiam. Nimuendaju encontrou alguns desses índios em 1930, na aldeia Pedra Furada. Outros remanescentes desse massacre teriam se juntado aos Apaniekra, e alguns se abrigaram entre os Ramkokamekra e Pukobyê encerrando a existência dos Kenkateyê como grupo étnico autônomo. (Nimuendajú, 1946: 30). Nos anos 60, Melatti identificou vários descendentes desses Kenkateyê entre os Krahô (Melatti, 1967: 58)

De acordo com a versão sobre esse massacre apresentada pelos segmentos ilustrados de Barra do Corda, o criador Raymundo Arruda teria liderado um grupo de sertanejos, habitantes de diversos povoados situados no chamado “alto sertão”, em “defesa de seu patrimônio”, sob o pretexto de que os Kenkateyê estariam promovendo invasões sobre as criações de gado desses agentes.¹⁵

Constituindo agentes do poder local em Barra do Corda e detentores de uma extensa fazenda de criação, os Arruda, uma família de “saquaremas” cearenses migrados para o sertão cordino em meados do século XIX teriam se aliado, através de relações de casamento, com o “clã” dos Leda, família dos líderes políticos “liberais” da Chapada (Grajaú), tornando-se, assim, um grupo familiar de grande poder a nível local¹⁶.

Os setores cultos da sociedade regional do Centroeste Maranhense, relacionados pôr laços familiares, pessoais e interesses políticos aos grandes fazendeiros e chefes políticos locais, utilizavam da imprensa para justificar e legitimar atos de violência e o exercício da dominação desses segmentos contra as populações indígenas alí localizadas.

Através do controle de periódicos que proliferaram, no início do século XIX, em municípios como Barra do Corda, Grajaú, Carolina e outros, esses ‘intelectuais’ acabavam por

¹⁵ O “alto sertão” é a designação local para uma parte da região de cerrados ao sul de Barra do Corda, onde se estabeleceu historicamente uma estrada de boiada, que comunicava a região ao sul do Maranhão e norte de Goiás, ao longo da qual surgiram alguns povoados ainda hoje existentes. Nessa rota, que cortava a Aldeia Chinela dos Kenkateyê, também situava-se o “Sítio dos Arruda”, uma grande fazenda pastoril, ainda hoje existente.

¹⁶ “Saquaremas” é o termo pelo qual se designavam os partidários do poder provincial durante a eclosão da “Balaia” (1838-41), aos quais se opunham os revoltosos “bemtivis”.

influir na formação da “opinião pública” local acerca dos conflitos intersocietários e a moldar a ideologia étnica no interior maranhense¹⁷.

A despeito de uma alegada posição “progressista”, decorrente da precoce adesão à república, e à “ilustração” desses agentes baseada no pensamento positivista, suas representações sobre os conflitos ocorridos na região envolvendo índios, criadores e outros agentes de mudança tenderiam sempre, a legitimar as ações e os interesses dos grupos dominantes locais.

Ocupando cargos importantes na organização institucional, como o de Juiz de Direito e de Promotor de Justiça, esses bacharéis expressavam suas posições através de órgãos de imprensa, onde se destacava o jornal “O Norte”, publicado entre 1898 e 1934. Ao divulgar as primeiras notícias relativas ao massacre dos Kenkateyê, os articulistas desse jornal procuraram caracterizar esses índios pela prática do furto:

Nos sertões do Maranhão, onde eles habitam campos criadores, os índios Canela sempre praticaram o latrocínio, mas isso reservadamente e com todas as precauções. (O Norte, 08/11/1913, pg 1)

Para justificar a ação criminosa desse criador local, os articulistas d’O Norte procuravam contrapor os Canela (Apaniekra, Ramkokamekra e Kenkateyê) aos Guajajara (Tenetehara), como dois modelos diferenciados de conduta diante dos “civilizados”. Enquanto os Guajajara eram tidos como “trabalhadores” e “independentes”, os Canela seriam “indolentes” e “ladrões”¹⁸:

*...Os índios Canela são pôr natureza indolentes e dados ao hábito de furto. O mesmo não se dá com os Guajajara, homens trabalhadores, de bons costumes e, que no contato com os civilizados trazem grande proveito à sociedade
....Ao inverso dos Guajajara, que a ninguém incomodam, porque tiram do trabalho recursos a sua independência, espalham-se (os Canela) pelas estradas explorando a generosidade dos viajantes e em constantes excursões se dirigem à Capital onde adquirem armas e ferramentas que vendem antes de chegar aos aldeamentos. Entregues a sí próprios, viciados, atiram-se aos desregramentos de uma conduta que os levaram às tristes cenas de sangue em que se acham envolvidos, na manhã de 25 de outubro...(O Norte, 29/11/1913)*

Atribuindo os fatos ocorridos às consequências de uma possível política indigenista implantada, ainda que de maneira precária, com a criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), o jornal procurava estabelecer a responsabilidade desse órgão, e de seu agente local, às supostas ações de furto de gado pelos Kenkateyê, as quais teriam resultado na chacina:

¹⁷ Os conhecidos “massacre do Alto Alegre” e o “massacre da Aldeia Chinela” foram dois processos, cujas representações elaboradas pelo “O Norte” contribuíram para a atualização de uma ideologia profundamente anti-indígena presente ainda hoje no centroeste maranhense e, especialmente, em Barra do Corda e Grajaú.

¹⁸ Interessante notar que, em sua abordagem sobre o “massacre do Alto Alegre”, os “Guajajara” ganham na versão d’O Norte outros atributos, como “selvagens”. Essas representações não são aqui analisadas em função dos limites desse trabalho.

Depois, porém, que se persuadiram indevidamente de que a proteção do governo federal os favorecia contra a repressão de qualquer ato criminoso atiraram-se abertamente ao roubo de gado nos campos de criar provocando a miude, reclamações dos criadores perante as autoridades locais, e perante o Governo do Estado... (O Norte, 29/11/1913)

A crítica à política indigenista implantada nos primeiros anos de atuação do SPI pelo Marechal Cândido Rondon e seus seguidores baseava-se, contraditoriamente, nos ideais positivistas apregoados pelos editores d'O Norte'. Ao contrário dessa política, os jornalistas assumiam a defesa aberta dos grandes fazendeiros e chefes políticos locais, o que revela os limites do liberalismo e da ideologia republicana desses articulistas:

...Ultimamente, uma má orientada propaganda de civilização os tem feito convencer de que eles são os senhores legítimos das terras e bens que os civilizados ocupam, dos quais podem lançar mão livremente como remuneração dos prejuízos que a usurpação de tais bens lhes causou. Está evidentemente provado que esses conselhos animavam os Canela à prática de furtos de gado determinando constantes rixas entre fazendeiros e índios... (O Norte, 22/11/1913)

Em defesa acirrada dos interesses regionais contra os Kenkateyê, os articulistas de 'O Norte' procuram atribuir a ação desse criador local e seus asseclas à uma situação-limite de defesa da vida pessoal e familiar, a qual estaria sendo ameaçada por esse grupo timbira.

...a não ser pôr um ato de desespero, homens de responsabilidade moral não teriam sacrificado o seu nome, a paz da família e se exposto às venditas da lei...Não se deve, antecipadamente, levar à conta de uma perversidade inaudita um fato cujos pormenores são ainda desconhecidos (O Norte, 22/11/1913)

Nesse sentido, 'O Norte' procura transferir ao SPI e à ação indigenista do Estado a responsabilidade pelo massacre desses índios, em função de um possível respaldo ideológico e legal à prática do roubo de gado e da invasão das propriedades dos criadores pelos Kenkateyê. Como afirma o articulista,

...infelizes índios ignorantes recebiam de pessoas que se diziam autorizadas a lhes garantir que o governo lhes dava toda a força e que podiam lançar mão da terra e gado dos cristãos como recompensa das caças que esses lhes usurparam...Tudo isso está indicando que o Departamento de Proteção aos Índios precisa encarar muito seriamente o problema...(O Norte, 22/11/1913)

Segundo informa o periódico, os Kenkateyê teriam furtado cerca de 400 cabeças de gado dos criadores, de acordo com levantamentos feitos pôr um emissário do governo estadual, o que comprovaria *...o furto de gado feito em grande escala pelos índios Canela..* Esse alegado roubo de gado justificava o massacre:

...Ultimamente, talvez mal aconselhados, redobraram a ação, matando publicamente gado alheio...Foram esses os fatos que provocaram as desgraçadas cenas de sangue que se desenrolaram no aldeamento Cacimbas... (O Norte, 15/11/1913)

As análises realizadas pelos redatores desse jornal revelam, ainda, o acentuado preconceito da sociedade regional contra as populações indígenas situadas no centroeste maranhense, comum às regiões onde predominam as disputas e conflitos pela posse da terra entre índios e brancos, as quais Cardoso de Oliveira definiu como “áreas de fricção interétnica”¹⁹:

...(referência ao órgão tutelar) amparando com seus ensinamentos (esses) desgraçados índios que absorvidos pela inação, entregues aos vícios ingênitos à sua raça tateiam no solo como a fera que espera do acaso a primeira presa que lhe sacie a fome...”
(O Norte, 29/11/1913)

A crítica da ‘elite culta’ de Barra do Corda concentrava-se, portanto, na ação indigenista do SPI, embora esse órgão fosse criado há poucos anos, não tendo, nesse momento estabelecido uma estrutura de atendimento aos grupos indígenas nessa região²⁰. Um único agente tutelar localizado nessa cidade deveria prestar assistência a toda população indígena do centroeste maranhense tendo em vista os abusos sistematicamente cometidos tanto contra os Canela e outros grupos timbira, na área pastoril, como em relação aos Tenetehara, na área agrícola. Ainda assim, os redatores desse jornal não desviavam seu foco de análise:

Até agora a proteção a esses infelizes se limita a mimos e agrados, quando praticamente devia encaminhá-los a tirar do trabalho os proventos que a natureza primitivamente lhes fornecia pela caça e pela pesca...A Inspetoria de Proteção aos Índios procederá com muito critério se mandasse pessoa de sua confiança sindicarem de um fato que indiretamente está comprometendo aos que incitaram os índios à prática de tais crimes (O Norte, 29/11/1913).

Como instrumento disseminador da ideologia étnica dos segmentos dominantes, e especificamente dos criadores e chefes locais do centroeste maranhense, o jornal “O Norte” sugeria qual deveria ser a ação “protecionista” do Estado em relação aos Canela:

É para os Canela, que erram sem ocupação pelas cidades, vilas e pelas estradas mendigando roupas e comida, que a Proteção deve voltar, o quanto antes, sem perda de tempo as suas vistas, o seu benévolo amparo, procurando normalizar suas condições de vida, incitando-os ao trabalho, localizando-os em terras próprias de lavoura e marcando-lhes para residência e cultura uma área de terreno afastada das fazendas de criação (O Norte, 29/11/1913).

¹⁹ Cardoso de Oliveira, (1964) 1972: 29-30 e 127-132.

²⁰ A primeira unidade do SPI implantada na região foi a “Vigilância de Barra do Corda”, instalada em 1918.

Conforme apontava Nimuendaju, o SPI, ao longo dos vinte anos iniciais do seu estabelecimento não teria conseguido coibir os abusos e defender devidamente os interesses dos grupos indígenas nos sertões do Maranhão. Afirmava, ainda, que esse órgão teria sido incapaz de impedir o massacre dos *Kenkateyê* em 1913 mostrando ser uma instituição ideal no papel, e ineficaz na administração dos assuntos indígenas, seja pôr falta de pessoal adequado e suficiente, seja pelas apropriações de sua ação pelos interesses anti-indígenas. (Nimuendaju, 1946: 5)

O Olhar Indigenista de Curt Nimuendaju

Entre 1928 e 1936, Nimuendajú realizou cinco viagens a Barra do Corda e às aldeias Ramkokamekra-Canela, período em que empreendeu a pesquisa etnográfica que daria subsídios ao seu clássico trabalho sobre os “timbiras orientais”. Nesse período, esse pesquisador esteve também junto aos Apinayé, Krahô, e Xerente no então Estado de Goiás e realizou passagens pelos Krikatí, Pukobyê, Parkateyê e Krepumkateyê do Grajaú obtendo uma ampla visão sobre a diversidade cultural e situações interétnicas vivenciadas por esses grupos.²¹

Seus trabalhos revelam que as estratégias de aniquilamento étnico praticadas contra os *Kenkateyê* em 1913 eram partilhadas por outros criadores e demais segmentos do sertão pastoril, que se estendia desde o centroeste maranhense até o norte de Goiás, atingindo ainda, as regiões florestais e campos da Amazônia oriental. Em suas passagens por vilas e pequenas sedes municipais do Maranhão, Goiás e Pará, Nimuendaju constatou as pretensões desses agentes em relação aos grupos timbira nessas regiões.

Em novembro de 1928, durante sua primeira viagem aos Ramkokamekra-Canela, Nimuendaju deparou-se em Grajaú com o “fazendeiro mais importante do município”, José Guará, o qual havia elaborado um plano para massacrar os Gavião-Pukobyê, “sem distinção de sexo nem idade”, assim como havia feito em 1913, o criador Raimundo Arruda com os *Kenkateyê* da Aldeia Chinella. O citado fazendeiro apresentava tal ação como “exemplo de justiça digno de ser imitado por todos” (Nimuendaju, 2000: 123).

²¹ “The Eastern Timbira”, cujos originais foram concluídos em 1939 seria publicado em 1946 pela Universidade da Califórnia em Berkeley. Nimuendaju publicou, ainda, monografias sobre os Apinayé (1939) e os Xerente, (1942) tornando-se o grande divulgador da organização social e cosmologia dos povos de língua e cultura Jê. Cf. Nimuendaju, 1942, 1946 e (1939) 1983.

No ano anterior, os Krikati haviam sofrido ataques dos criadores da região tocantina, em razão da qual o agente do SPI organizou a retirada desse grupo de seu território tradicional abrigo-o temporariamente junto aos Pukobyê. Como conta Nimuendaju:

Há um ano atrás esta tribo esteve em risco eminente de ser massacrada pelos fazendeiros furiosos de Imperatriz. O SPI mudou-os em consequência disto, para junto dos Gaviões, o que naturalmente desagradou bastante a José Guará e seus sequazes. Finalmente a maioria dos Caracati parece ter voltado ao seu sítio antigo. Tanto os Gaviões como os Caracati vivem constantemente debaixo da espada de Dámocles de um massacre. (Nimuendajú, 2000: 123)

Nimuendaju aponta, ainda, a existência de um estado de “decadência moral” desses grupos timbira relacionado à intensa presença de regionais em suas aldeias, e especialmente pela entrada cotidiana de “cachaça”. Até mesmo entre os grupos aparentemente mais estruturados, como os Ramkokamekra-Canela, que Nimuendaju reputava ser os guardiões da tradição timbira²², a presença constante de regionais e, especialmente, os vendedores de aguardente em suas aldeias parecia constituir um dos fatores determinantes dessa decadência. Associado a isso menciona a “mendicância” dos índios, da qual ele próprio fora vítima, como outro fator que inviabilizava a pesquisa entre os timbira. (Nimuendaju, 2000: 141).

Em relação aos Ramkokamekra-Canela, Nimuendaju revela como o álcool introduzido nas aldeias constituiu um poderoso elemento na sujeição e desmotivação cultural desse povo. Em junho de 1930, o próprio Nimuendaju acabou por quebrar várias garrafas e expulsar vendedores de “cachaça” da Aldeia do Ponto, após estes inviabilizarem a realização de um rito Canela embriagando um grupo de jovens reclusos do Pep-Kahák²³. A despeito da sua admiração por esse povo, o pesquisador afirmou:

Mas a Aldeia do Ponto está perdida: ela se dissolve literalmente no álcool. (Nimuendaju, 2000: 169)

Além da questão do alcoolismo introduzido e manipulado pelos regionais como estratégia de sujeição dos Ramkokamekra, Nimuendaju aponta outro fator que impedia a livre manifestação desses índios, através de seus rituais cíclicos, mantendo-os afastados da Aldeia: as ameaças dos criadores locais. Tendo presenciado uma dessas “visitas”, Nimuendaju narra que:

Eram as arruaças do Crl. Raimundo Arruda, o mesmo que em 1912²⁴ massacrrou os Kenkateyê da Travessia. Afirmava ele que os Canela do Ponto lhe tinham roubado alguns bois. Dentro de algum número de dias prometeu vir à Aldeia para exigir satisfação do chefe e se este não a desse plenamente, prometeu de proceder com a

²² Nimuendaju refere-se à Aldeia do Ponto dos Ramkokamekra como “uma mina etnográfica”. Cf. Nimuendaju, 2000: 141.

²³ Trata-se de um rito de “memoração” do processo de iniciação e formação de grupos de idade entre os Ramkokamekra.

²⁴ O “massacre dos Kenkateyê” ocorreu em 1913 e não 1912. Cf. Nimuendaju, 1946: 30.

Aldeia do Ponto da mesma forma que fez com a da Travessia (Chinella) (Nimuendaju, 2000, 171)

Alguns dias mais tarde, o próprio Nimuendaju sofreria ameaças verbais por parte de um familiar do citado Arruda, o qual acompanhado de vaqueiros e parentes armados exigia do pesquisador que os Canela deixassem de “roubar gado” dos criadores, sob a ameaça de extermínio de toda a Aldeia do Ponto. Afirmava, ainda, que seu primo estaria disposto a gastar o mesmo valor em dinheiro empregado na sua absolvição, quando do julgamento do “massacre dos Kenkateyê”, em relação a uma possível chacina que perpetrasse contra os Ramkokamekra.

A essas ameaças Nimuendaju respondeu não ter responsabilidades sobre as “queixas” apresentadas pelo criador, assim como não poderia atender às queixas dos Canela sobre o roubo de suas terras cometido pelo tal José Arruda e seus familiares. Mesmo assim, o temor das represálias prometidas pelos Arruda levou à total dispersão dos Canela pelas suas áreas de roça frustrando as expectativas de Nimuendajú, que havia dispendido esforços na unificação do grupo para a realização do rito do Pep Kahák. (Nimuendaju, 2000: 172-173).

Os conflitos associados ao suposto roubo de gado praticado pelos Canela revelam situações inusitadas, as quais demonstram que esse argumento insistentemente levantado pelos criadores, muitas vezes não procedia. Em carta enviada em abril de 1931, ao então diretor do Museu Paraense, Dr. Carlos Estevão de Oliveira, Nimuendaju conta que um primo do citado Raymundo Arruda teria tomado de assalto, junto a 12 homens armados, um acampamento agrícola dos Ramkokmekra chamado Baixão Preto, onde teriam chicoteado e roubado ferramentas e armas de um índio e ameaçado outro índio idoso exigindo deste a “confissão” de que houvera roubado e comido uma vaca de sua fazenda. Como narra Nimuendajú,

O delegado do SPI não pôde obter nenhuma satisfação, porque o delegado de polícia da Barra é um primo do criminoso. Alguns dias depois apareceu na fazenda a “vaca comida” trazendo consigo uma nova cria. (Nimuendaju, 2000: 180)

Nimuendaju tece, ainda, considerações sobre as relações dos Ramkokamekra-Canela junto a outros segmentos do centro-maranhense, onde se contrapõe à alegada penúria em que supostamente viviam os povos timbira relacionada ao seu passado de caçadores e coletores. Em sua passagem pela Aldeia do Ponto em junho de 1933, Nimuendaju observou que ao contrário do que ocorria com os Tenetehara, e mesmo com os agricultores locais, os Canela haviam obtido naquele ano uma grande safra agrícola.

Nesse momento, a situação de escassez da população regional teria levado muitos “cristãos” a buscar refúgio na Aldeia do Ponto, onde passaram a trabalhar para os Canela, em troca de porções de farinha. Como narra o pesquisador,

Em Barra do Corda a falta de mantimentos tornou-se catastrófica, quando os Canela entraram na cidade com cargas e mais cargas de farinha d’água muito boa, salvando assim a situação... (Nimuendaju, 2000: 194-195)

Destaco, ainda, uma situação em que Nimuendaju se coloca como agente tutelar, embora seus vínculos institucionais, a despeito de colaborar eventualmente com o SPI, se dessem junto ao Museu Paraense e outros museus brasileiros e internacionais. Em carta endereçada ao dr. Carlos Estevão de Oliveira, em julho de 1933, Nimuendaju revela todo seu envolvimento pessoal com os Ramkokamekra-Canela, e suas tentativas de livrá-los das pressões regionais:

Minha vida aqui tem sido bastante agitada: rixas com os usurpadores de terras dos índios, a luta perigosa com os negociantes de cachaça, furtos de gado praticados pelos índios e as suas conseqüências tem consumido a minha atenção durante dias consecutivos (Nimuendaju, 2000:196)

Após dois anos de afastamento, Nimuendaju retornou aos Ramkokamekra-Canela, em abril de 1935. Em carta ao diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi, Nimuendaju comenta sobre um “memorial” que teria sido enviado ao então Presidente Getúlio Vargas acerca da “situação dos Canela”. Esse documento de autoria do próprio dr. Carlos Estevão de Oliveira constituiu objeto de análise pelo diretor administrativo do SPI, o qual solicitou ao Inspetor Regional do Estado Maranhão a apuração sobre “fatos denunciados” e a comprovação sobre a veracidade dos mesmos, além de *sugestões ou providências para a salvaguarda dos índios Canela da Aldeia do Ponto*. (Nimuendajú, 2000: 225).

Em seu retorno à Aldeia do Ponto, Nimuendaju encontrou os Canela sob o impacto de uma epidemia de sarampo, que já havia matado cerca de 20 crianças. A varíola, que nesse momento atingia grande parte do interior do Maranhão, também fazia vítimas entre os Canela. Nimuendaju se mostrava pessimista em relação aos resultados de uma vacinação que se faria agora, dado o contágio que se alastrara pela Aldeia. Mais tarde constatou a péssima qualidade da vacina enviada, que atingira apenas 10 % de eficiência entre os Canela.

O próprio Nimuendajú procurou isolar da Aldeia as famílias atingidas pela varíola, o que limitou o aparecimento de novos casos. Entretanto, uma epidemia de gripe mataria um maior número de Canela do que a própria varíola, o que causou desalento ao pesquisador:

Deixei na aldeia ainda alguns em estado desesperador, enquanto outros muitos ficaram em estado lastimável de depauperação. (Nimuendaju, 2000: 231)

As tensões entre Nimuendaju e os criadores do sertão cordino se intensificaram com seu retorno aos Ramkokamekra-Canela. Dos entreveros e ameaças pessoais realizadas na Aldeia, os criadores passaram para as “denúncias” à administração federal sobre supostos comportamentos reprováveis e de caráter ilegal do pesquisador em relação aos Canela e aos próprios criadores:

Quem muito se escandalizou com a minha volta foram os inimigos incondicionais dos Canelas, as famílias Arruda e Cravo e seus aliados. Já tinham espalhado por toda parte que eu nunca mais havia de voltar para o meio dos índios, graças àquele telegrama ao Ministro do Trabalho em que me denunciaram como estuprador de índias, etc...Desde que voltei agora, estão espalhando sistematicamente a notícia de que eu pessoalmente estou furtando gado deles quando estou na aldeia, preparando eles dessa forma o terreno para qualquer violência que pretendam executar. (Nimuendaju, 2000: 232)

De fato, Nimuendaju seria vítima de agressões físicas na área urbana de Barra do Corda perpetrada por asseclas dos criadores cordinos:

...no dia 28 de junho, às 11 horas do dia e em plena rua, sofri uma agressão estúpida e brutal por parte de um indivíduo que faz parte do partido deles. Entreguei o caso ao promotor público e desde então recebo diariamente 3-4 avisos de que pretendem assassinar-me. (Nimuendaju, 2000: 232)

Nimuendaju reputa à “coragem e inteligência” do agente do SPI em Barra do Corda, Marcelino Miranda e à pressão que este exerceu sobre as autoridades locais, a abertura de inquérito contra essa agressão. Entretanto, o depoimento do acusado e das “testemunhas” revelaria o caráter ficcional do mesmo: a alegação de que Nimuendaju não sofrera qualquer agressão, antes teria provocado o acusado e as testemunhas.

Assim o etnógrafo comenta o fato, em carta ao dr. Carlos Estevão de Oliveira:

Requeri a pública forma deste depoimento engraçado que vou lhe mostrar quando voltar ao Pará. Ao meu lado tive somente Marcelino Miranda, sentinela perdida na defesa dos índios no meio de uma população hostil e brutal, cuja vida por isso está tão pouco segura quanto a minha. (Nimuendaju, 2000: 233)

Esses fatos levaram Nimuendaju a constatar a inviabilidade de sua permanência na região e os riscos em continuar seu trabalho etnográfico junto aos Ramkokamekra. Na impossibilidade de contar com o apoio das autoridades locais, submetidas que eram aos criadores e diante da perda de poder do SPI em gerir os direitos indígenas no país e das ameaças pessoais por ele sofridas reflete que:

Não é sem tristeza que prevejo que brevemente os inimigos e perseguidores dos índios alcançarão o seu fim de impedir, por qualquer meio, a minha estada entre os Canelas. Aquele inquérito provou-me como, de fato, depende unicamente da boa vontade deles de me assassinarem impunemente ou de me meterem na cadeia como um ladrão de gado. (Nimuendaju, 2000: 233)

Em sua última correspondência enviada de Barra do Corda ao dr. Carlos Estevão, Nimuendaju aponta que os problemas que enfrentou junto aos Ramkokamekra-Canela em relação aos vendedores de cachaça do sertão cordino, bem como as epidemias continuavam a assolar esse povo timbira. De outro lado, constata a investida dos criadores para efetivar sua invasão sobre o território Canela:

Os usurpadores das terras da tribo, o crl. Arruda e seus comparsas, com a maior sem-cerimônia fizeram uma “demarcação” plantando os seus marcos à vista da nossa desgraçada aldeia...(Nimuendaju, 2000: 236)

O SPI e os Conflitos entre os Canela e Criadores

As representações elaboradas por Nimuendajú revelam que as estratégias utilizadas pelos criadores do sertão cordino encontravam correspondência em outras regiões pastoris. Assim, as ações dos criadores do norte de Goiás em relação aos Krahô, no início dos anos 40 seriam reeditadas no mesmo período, em relação aos Ramkokamekra-Canela, o que remete à possível articulação entre esses agentes. Essas estratégias consistiram no envio de telegramas a autoridades federais “denunciando” a pretensa situação de “terror” vigente nas fazendas de criação localizadas próximas às aldeias timbira, diante de “ameaça iminente” de ataque pelos índios.

Uma análise em documentos do SPI referentes ao caso Krahô demonstra que essa estratégia era de conhecimento dos agentes de alto escalão do órgão indigenista. Assim, em documento enviado em 1941 ao diretor-geral do SPI, o então Chefe da 2ª Secção desse órgão afirmava dentre outras, que:

...O recente massacre dos índios Craôs, precedido de telegramas inteiramente inverídicos das autoridades policiais de Pedro Afonso ao Chefe de Política de Goiáz, comunicando que os “fazendeiros estavam cercados pelos índios revoltados”, para o efeito de preparar a opinião pública e justificar o massacre, é um caso típico do modo de ação de toda essa gente; é o que pretendem ou se pretende ainda executar em Barra do Corda e Grajaú...” (SPI, Doc 126 – Filme 389, Fot, 1420-1422).

Dentre as dificuldades que limitavam a ação do SPI naquele momento destacava-se a deficiência de recursos, o que levava essa agência a manter uma estrutura de atendimento extremamente limitada. Nesse momento, a única unidade administrativa instalada na região central do Maranhão, a “Vigilância de Barra do Corda”, “embrião” do que seria mais tarde a Ajudância local teria sua estrutura ampliada, a partir de 1941 com a criação de alguns postos indígenas, especialmente junto às aldeias onde havia maior “perseguição” aos índios. Um destes foi o Posto Capitão Uirá situado junto a Aldeia do Ponto dos Ramkokamekra-Canela.

Documentos do SPI, datados de 1941 informam que dentre os “perseguidores” de índios localizados na região de Barra do Corda, se encontravam membros da família Arruda, cujo líder seguindo a estratégia descrita, teria enviado telegrama ao então presidente da República Getúlio Vargas, a fim de “informá-lo” sobre a “iminência de um ataque” dos Canela à sua fazenda. Segundo esse telegrama, instigados por agentes do SPI e a pretexto de “direitos, demarcações precipitadas”, esses índios já teriam promovido “verdadeira caçada...semoventes de toda espécie”.

O telegrama “informava”, ainda, que os fatos ocorridos teriam “caráter (de) inqualificável comunismo” solicitando ao governo federal providências urgentes contra essa situação. Anunciando uma possível “reação” – na verdade um ataque premeditado – esse criador afirmava que,

Verdadeiro desespero de causa, num último (caso) seremos obrigados reunir homens e pegar armas para defesa das famílias e vidas. Fatos são públicos e aterrorizantes (SPI, Doc 126, Filme 398, Fot. 1424-1425)

Contando com o apoio e a omissão das autoridades locais e estaduais, os criadores de Barra do Corda conseguiram, naquele momento, interromper os trabalhos demarcatórios que o SPI na região, através de pressões e ameaças veladas aos servidores do órgão tutelar, o que transformara, na visão das autoridades do SPI, uma “simples questão policial”,

... em elemento favorável aos Arruda e comparsas, e ao contrário aos índios que em suas aldeias estavam quietos e absolutamente não ameaçaram nem atacaram ninguém... (SPI, Doc 126, Filme 398, Fot. 1425)

Os conflitos entre agentes do SPI, criadores de Barra do Corda e representantes do poder político regional refletem as tensões no campo indigenista do centro-maranhense naquele momento, os quais relacionavam-se ao início dos trabalhos de demarcação do território dos Ramkokamekra-Canela. A demarcação dessas terras e de outros povos indígenas no Maranhão encontrava respaldo legal na nova Constituição do Estado do Maranhão, a qual garantia aos índios as terras por estes ocupadas, “nos termos do Art. 129 da Constituição Federal”. (Nimuendaju, 2000:245).

A iniciativa dessa demarcação resultou, ainda, de um Decreto Estadual (no. 1079), emitido em 25 de abril de 1923 e confirmado pelo Decreto-Lei no. 81 (15/12/1936), pelo então governador do Estado do Maranhão, Dr. Achilles Lisboa, o qual seria baseado em levantamentos etnológicos e topográficos realizados por Curt Nimuendajú.²⁵ e pelos engenheiros Brito Barros e Dr. Monteiro em 1936.

A ameaça à integridade física dos servidores do SPI em Barra do Corda envolvidos na demarcação das terras Canela nesse momento ficou expressa nos telegramas e documentos enviados à alta administração do SPI e outras esferas do governo federal pelos representantes dos criadores e do poder político local – freqüentemente personificados nas mesmas pessoas.

Assim, a solicitação do agente do SPI, de apoio do governo estadual, através de uma tropa que acompanhasse os servidores²⁶ nos trabalhos de demarcação física da terra indígena era taxativamente negada pelo Inspetor Militar enviado a Barra do Corda pelo Chefe de Polícia do Maranhão reafirmando, de imediato, seus vínculos aos criadores locais.

Em telegrama enviado no mesmo ano às autoridades centrais do SPI, esse Chefe de Política alegava que os servidores do órgão indigenista em Barra do Corda, Raimundo Miranda e Orículo Castelo Branco *continuam a cometer desatinos e violências naquela cidade...plantando verdadeiro pânico (à) população....* Sua argumentação era reforçada com a transcrição de parte de outro telegrama, que esse Chefe teria recebido do Inspetor Militar enviado para apurar os fatos, para o qual

Proprietários de terra e pequenos lavradores (da) circunvizinhança (do) aldeamento Canelas queixando-se haverem sido intimados... (a) abandonarem suas casas e lavouras sob pretexto (serem) terras não demarcadas (aos) índios...(SPI, Doc.126< Filme 398, Fot. 1428-1429)

²⁵ Nimuendajú comenta sobre o acordo entre ele e o então governador do Estado do Maranhão Dr. Achilles Lisboa em 1936, para que o etnógrafo realizasse levantamentos visando a demarcação de “terra aos índios Canela”. Cf. Nimuendaju, 2000: .245 e 253.

²⁶ Nesse momento, o quadro local do SPI era formado apenas pelo chefe da “Vigilância”, Marcelino Miranda, por seu filho Raimundo Miranda e por Orículo Castelo Branco, cujo nome ficaria na memória social do sertão cordino

Procurando desqualificar os agentes do SPI, e por extensão o trabalho demarcatório que realizavam das terras ocupadas pelos Ramkokamekra-Canela, o Chefe de Polícia do Maranhão reafirmava sua posição de aliança com os criadores locais. Assim considerava a solicitação de tropa para acompanhar os trabalhos da demarcação física dessa área como “artimanha de Marcelino Miranda...e...medida inteiramente desnecessária”. De outro lado, o sertanista Orícuro Castelo Branco era representado como alguém que insuflava os Canela a *furtar* gado dos criadores em suas propriedades, o que poderia resultar, na avaliação desse oficial, em “funestas conseqüências”²⁷. Solicitava à direção do SPI, a remoção de Castelo Branco e de Raimundo Miranda da Vigilância de Barra do Corda,

...antes que tenhamos que mandar prendê-los e processá-los pelos crimes que ali vem praticando acobertados pelas funções que exercem. (SPI, Doc 126, Filme 398, Fot. 1428)

A essas alegações, um membro da direção central do SPI responderia reafirmando a idoneidade moral do servidor Castelo Branco, com o qual convivera em trabalhos militares anteriores ponderando, ainda, que os servidores do SPI teriam agido no estrito cumprimento de suas funções legais, ao *resolver questões de terras de propriedades (dos) índios*. Por outro lado, desconsiderava as informações do Inspetor Militar enviado a Barra do Corda, *dada sua visível parcialidade e avaliação (de) testemunhos de pessoas da família Arruda que promoveu massacre (aos) Canela*. (SPI, Doc 126, Filme 398, Fot. 14-28-1429).

Diante das precárias condições de segurança verificada em Barra do Corda, nesse momento, onde o servidor Castelo Branco teria sua integridade física ameaçada pelos criadores locais, a autoridade citada, à época Chefe da 2ª Diretoria do SPI, levando em conta, ainda, o possível desgaste político do Interventor Federal no Maranhão, decidiu pela transferência desse agente tutelar, embora certo de que o servidor do SPI agira

rigorosamente no cumprimento do seu dever, protegendo os índios e as suas propriedades de assalto dos Arrudas e comparsas, os quais até o momento da retirada de Orícuro gozaram do apoio das autoridades estaduais.. (SPI, Doc 126, Filme 398, Fot. 14-30).

²⁷ O nome desse sertanista esteve associado ao “movimento messiânico Canela de 1963”, em função dos vínculos que mantivera, durante sua permanência como chefe do Posto Capitão Uirá, com a líder do movimento Kee-kwei, conhecida também como “Maria Castelo”. Cf. Crocker, 1967.

Em relatório enviado por um agente do SPI a um diretor da agência indigenista²⁸, no segundo semestre do ano de 1950 ficou constatado que a demarcação das “terras dos índios Canela”, pautada no croquis de Curt Nimuendajú, cuja implementação fora iniciada pelos agentes Raimundo Miranda e Orículo Castelo Branco em 1941, não havia sido concluída²⁹. Esse agente informava, ainda, que da área definida pelo Decreto-lei estadual no. 81, num total de 57.600 hectares, haviam sido demarcados, até aquele momento, cerca de 14.400 há.

Esse agente afirmava que a área já demarcada seria formada por chapadas e terrenos arenosos inviáveis à agricultura, segundo os métodos utilizados na região, e que as terras agricultáveis e de melhor qualidade dessa reserva se encontravam “infiltradas” por “cerca de 20 intrusos”, cujos nomes havia identificado e apresentava em seu relatório. Informava, ainda, que esses invasores seriam “expulsos”, logo que completada a demarcação da “terra dos Canelas”. O autor sugere que a invasão dessa terra indígena teria sido orientada por “autoridades” vinculadas aos poder local, em Barra do Corda.

Por fim, o documento informa que a demarcação dessa terra indígena seria concluída no exercício do ano seguinte, para o qual já havia um acerto junto ao profissional responsável. Além da “terra dos índios Canela”, estariam sendo “legalizadas” outras terras indígenas, como as “terras do Rodeador”, que haviam sido adquiridas na década de 30 para o assentamento dos Krikati e Pukobyê, e uma “reserva indígena para os Guajajara”, situada entre os rios Corda e Mearim.³⁰

O SPI estaria solicitando nesse momento ao Governo Estadual, a “concessão” de áreas aos “Gavião do Município de Grajaú”, aos “Guajajara do Município de Pindaré-Mirim”, e aos “Guajajara, Caracatí e Gaviões do Município de Grajaú”, além de terras para os Canela (Apaniekra) situados no ribeirão Porquinhos. (SPI, Doc 161, Filme 380, Fot 1438).

Nesse período, o SPI retomaria de modo mais efetivo seu projeto de demarcação das terras indígenas no centro-maranhense. Se essa perspectiva representava um alento aos povos indígenas ali localizados, aos regionais significava a perda efetiva de terras que controlavam há gerações. No caso específico dos Ramkokamekra-Canela, essa possibilidade acirraria, ainda

²⁸ O referido relatório, datado de 06/10/1950 foi assinado por João Gonçalves de Pinho, Chefe do S.O.A., e encaminhado ao Chefe da Seção de Estudos do SPI, Dr. Herbert Serpa. Cf. SPI, Doc 161, Filme 380, Fot. 1436.

²⁹ Em carta de julho de 1936, Nimuendaju comenta sobre o “levantamento das terras” Canela que realizou com auxílio dos próprios índios. Após comprar por conta própria materiais de agrimensura improvisados, Nimuendaju percorreu em 11 dias toda a área formada por *chapadões, cerrados, caatingas e serras*, e desse levantamento resultou um croquis da área indígena, num total de 330 mil há “... dos quais malmente a décima parte prestável para a lavoura....” Cf. Nimuendaju, 2000: 255.

³⁰ Essa “reserva guajajara” teria sido “concedida” pelo mesmo decreto-lei estadual que determinou a criação da “terra aos índios Canela”. Cf. SPI, Doc 161, Filme 380, Fot. 1433.

mais a situação de conflito entre esse povo e os grandes criadores locais, mesmo com uma presença mais efetiva da agência tutelar. Os documentos consultados não informam, entretanto, sobre a possível conclusão dessa demarcação, e a oficialização dessa terra indígena, o que leva a crer que não tenha sido efetivada a regularização dessas terras, naquele momento.

Em relação ao levantamento fundiário da terra a ser demarcada aos Ramkokamekra-Canela realizado por Nimuendaju em 1936 (330 mil há) para aquela determinada pelo Decreto-Lei estadual no. 81, e que seria implementada pelo SPI em 1950 (57.600 há), constata-se uma sensível defasagem da ordem de 272 mil há. O próprio Nimuendaju demonstrava pessimismo em relação à demarcação efetiva desse território, especialmente após o dr. Achilles Lisboa deixar o cargo de Governador do Estado do Maranhão.³¹

Mesmo retomada a demarcação da terra Canela em 1950, esta teria suas dimensões sensivelmente reduzidas em relação ao levantamento feito por Nimuendaju. Ainda assim seria implementada apenas uma pequena parte da mesma, que como informa o agente do SPI era constituída por terrenos impróprios à agricultura. Entretanto, as tentativas de efetivação da demarcação dessas terras seriam, por si, elementos intensificadores das tensões e conflitos entre os Ramkokamekra e os criadores do sertão cordino, os quais estariam relacionados com a eclosão de novos conflitos.

Saberes Coloniais e Antropologia Histórica

As situações aqui apresentadas a partir das representações de diferentes agentes presentes no campo indigenista do centroeste maranhense envolvendo os Kenkateyê e os Ramkokamekra-Canela, além de outros grupos timbira e agentes coloniais no sertão pastoril permitem uma compreensão dos processos que se constituem nesse campo ao longo de um período histórico fundamental às relações intersocietárias regionais e, especialmente, as que vinculam esses grupos aos segmentos pastoris da sociedade regional.

Ao contrapor as representações da ‘elite ilustrada’ local, através das páginas do jornal “O Norte” às expressas por Curt Nimuendaju em sua Introdução Histórica ao “The Estearn Timbira” e, de maneira mais fluída nas “Cartas do Sertão” revelam-se os diferentes

³¹ Nimuendaju aponta em uma de suas últimas cartas relativas aos Ramkokamekra seu desalento em relação à efetivação da demarcação dessas terras indígenas: *Provavelmente com as reviravoltas da política maranhense, tudo ficou outra vez em águas de bacalhau, e eu fui mais uma vez o besta...* Nimuendaju, 2000: 259.

posicionamentos, valores e interesses contidos nos respectivos discursos. À franca filiação dos articulistas d'O Norte' aos interesses dos criadores locais de Barra do Corda, os quais procuram legitimar e justificar as ações genocidas desses criadores em relação aos Kenkateyê e aos Ramkokamekra-Canela, o discurso de Nimuendaju revela sua vinculação e comprometimento com o destino desses povos e sua indignação em relação às ações genocidas dos criadores locais.

De outro lado, os documentos de circulação restrita entre a alta cúpula do SPI revelam um nível de informação bastante razoável sobre a situação pastoril e as motivações dos conflitos entre grupos timbira e os criadores do sertão maranhense e goiano. Revelam ainda, os posicionamentos diferenciados entre esses agentes e os representantes do poder regional expressos nos discursos do chefe de polícia do Maranhão.

As simulações dos criadores e seus aliados locais em torno de um “imminente ataque” dos Ramkokamekra repete a “encenação” dos criadores goianos em relação aos Krahô criando um espaço para um possível ataque dos fazendeiros contra esses grupos timbira. Essas representações contidas em relatórios reservados entre altos funcionários do SPI revelam uma ação articulada entre os criadores maranhenses e goianos e uma determinação em eliminar etnicamente os Krahô e Canela como forma de efetivar a incorporação de seus territórios residuais aos interesses pastoris.

No caso específico dos Ramkokamekra, as articulações voltadas a sua eliminação étnica estariam vinculadas às tentativas realizadas pelo SPI em demarcar o território residual desse grupo, o que de certa forma contava com o silêncio dos agentes políticos regionais. Aqui se revela, mais uma vez, a presença indigenista de Nimuendaju, que em 1936 elaborou um croqui demarcatório das terras ocupadas pelos Ramkokamekra, o qual serviu de referência para o início da demarcação oficial desse território.

O manuseio desses diferentes “saberes coloniais” revelam, portanto, amplas possibilidades de ampliação do conhecimento sobre os processos de dominação que vinculam povos indígenas, agentes coloniais e, por que não, pesquisadores reveladores das tramas de poder nem sempre visualizáveis exclusivamente pela etnografia.

Referências Bibliográficas

- BALANDIER, G. “A Noção de Situação Colonial”. In: Cadernos de Campo. São Paulo, FFCL-USP, 1996.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. *O Índio e o Mundo dos Brancos*. São Paulo, Pioneira, (1964), 1972.
- COELHO, E.M.B. *Territórios em Conflito: a dinâmica da disputa pela terra entre índios e brancos no Maranhão*. São Paulo, HUCITEC, 2002.
- CROCKER, W. “O Movimento Messiânico Canela de 1963” (1967). In: Shaden, Egon: *Leituras em Etnologia Indígena*. São Paulo, C.E.N, 1976.
- FIPEs. Fundação Instituto de Pesquisa Econômica e Social. *O Massacre do Alto Alegre*. São Luis, 1984.
- GOMES, M. P. *The Ethnic Survival of the Tentetehara Indians of Maranhão, Brazil*. PHD Dissertation. Universidade da Flórida (USA), 1977.
- _____. *O Índio na História*. Petrópolis, Vozes, 2002.
- MELATTI, J. C. *Índios e Criadores: A Situação dos Krahô na Área Pastoril do Tocantins*. Rio de Janeiro, ICS-UFRJ, 1967.
- NIMUENDAJU, C. *The Eastern Timbira*. University of California Press. Berkeley e Los Angeles, 1946.
- _____. *Os Apinayé* (1939). Belém. Museu Paraense Emílio Goeldi, 1983.
- _____. *Cartas do Sertão*. De Curt Nimuendaju para Carlos Estevão de Oliveira. Apresentação e Notas de Tekla Hartmann. Lisboa, Museu Nacional de Etnologia, 2000.
- OLIVEIRA, A.L.R.de. *Ramkokamekra-Canela: dominação e resistência de um povo timbira no centroeste maranhense*. Dissertação de Mestrado em Antropologia (mimeo). Campinas, IFCH-UNICAMP, 2002.
- OLIVEIRA, J.P. de. “Uma Etnologia dos ‘Índios Misturados’? Situação Colonial, Territorialização e Fluxos Culturais”. In: *Mana*, Rio de Janeiro, abril de 1998.
- O NORTE (Periódico – Barra do Corda): Edições de 08, 15, 22 e 29 de novembro de 1913.
- SPI. Serviço de Proteção aos Índios. Informação no. 22. A.C. Doc 136, Filme 380, Fot. 1420-1432, 28/12/1941.